

Cartografias de comunidades imaginadas: uma experimentação analítica no estudo das nações

Mônica Dias Martins
Natalia Monzón Montebello
Ronaldo de Souza Lima

RESUMO:

O ensaio propõe a experimentação analítica na articulação dos conceitos de cartografia social (Gilles Deleuze e Felix Guattari) e de comunidades imaginadas (Benedict Anderson). Busca-se, problematizar as fronteiras disciplinares formais, tanto epistemológicas quanto metodológicas, que demarcam os estudos sobre a ideia de nação quando orientados pelo princípio do Estado e seus territórios (geográficos, históricos, sociopolíticos, científicos etc.). Para tanto, serão apresentadas afinidades epistemológicas entre os diversos saberes: pensar a nação e o território como categorias em aberto, disponíveis dessa maneira às singularidades que as perpassam, e que são interdidas em leituras centralizadoras e universalizantes; pensar, também, a imaginação como matéria-prima da realidade, dispensando a violenta hierarquização epistemológica consolidada na adequação da vida a uma imagem previamente estabelecida por algum arsenal teórico; pensar, ainda, a temporalidade do devir, recusando qualquer lei histórico-política baseada na necessidade de certa ordem geral. Somadas às afinidades epistemológicas, algumas semelhanças de percurso aproximam as analíticas: a permeabilidade das fronteiras disciplinares e o trânsito entre elas; a literatura como leitura direta da realidade; a simultaneidade e transversalidade das diversas lutas sociais; o estranhamento da própria cultura e a dimensão diretamente política de toda pesquisa. Nessa procura por novas paisagens analíticas com um pensamento que se afirma vivo, cabe destacar que essas afinidades sinalizam uma dimensão ética que não apenas funda, mas anima e dá sentido às noções e problematizações apresentadas.

1. INTRODUÇÃO

Cartografias de comunidades imaginadas: uma experimentação analítica no estudo das nações traz resultados de um trabalho coletivo. O projeto, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, foi desenvolvido no período compreendido entre março de 2019 e março de 2022 pela equipe do grupo de pesquisa Observatório das Nacionalidades, que analisou, em perspectiva comparada e transdisciplinar, os processos permanentes de construção das nações em Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Os esforços se concentraram na adoção de procedimentos teórico-metodológicos, tendo como base os conceitos-chave de comunidades imaginadas de Benedict Anderson e cartografia social de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Essa escolha decorreu da necessidade de elaboração de uma metodologia renovada e alternativa, a partir do sul global, permitindo um entendimento diversificado e aprofundado das nações em movimento contínuo. Ao se deparar com um campo de investigação que lida, ao mesmo tempo, com literatura, nacionalidade e colonialismo se tornou urgente pensar uma abordagem que levasse em conta os múltiplos aspectos da realidade - sociais, econômicos, culturais, artísticos, políticos, entre outros. Nesse sentido, despontou a dimensão política da pesquisa. Entendemos que toda experimentação analítica é política, antes de tudo por ser insubmissa. Não responde a hierarquias de saberes, a tradições teóricas ou a

absolutismos lógicos. Ainda, a experimentação analítica, não se conforma com as vozes oficiais, buscando, nos interditados e nos silêncios da história, novas vozes, novos olhares, novas perguntas. Mas não se trata de fazer justiça, de vingar os excluídos da história, trata-se de outras histórias, fora do juízo que determina vencedores e derrotados. Ao recusar os ditames da razão universal, os autores abrem novos trânsitos, novas linhas, desdobramentos e encontros... novas comparações e conversações, entre saberes, povos, histórias, memórias oficialmente incomunicáveis.

Igualmente premente foi a sistematização de apontamentos que ajudassem na construção de um aporte epistemológico assentado nas intersecções entre cartografia social e comunidade imaginada. Assim, identificamos tópicos que configuram uma postura metodológica, na qual os conceitos de Deleuze, Guattari e Anderson dialogam, constituindo-se em referências para a elaboração dos trabalhos durante a execução do projeto. No documento norteador da pesquisa, produzido pelas coordenadoras Mônica Martins e Natalia Montebello, os citados tópicos estão agrupados em duas grandes seções: afinidades epistemológicas e semelhanças do percurso metodológico. A primeira contempla itens tais como: categorias em aberto - nação/território e a imaginação como matéria-prima da realidade. A segunda engloba os seguintes pontos: permeabilidade de fronteiras disciplinares; literatura como leitura da realidade; simultaneidade e transversalidade das lutas sociais e estranhamento da própria cultura.

Os trabalhos realizados na pesquisa giraram em torno dos pontos indicados, usando um ou mais deles, e criando dessa forma uma cartografia social do projeto, conforme a definição de Filho e Teti (2013, p. 47):

(...) a cartografia social aqui descrita liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência.

Ao longo de quase três anos, a equipe experimentou diversas sistemáticas com o intuito de formatar o andaime teórico-metodológico necessário às investigações empíricas e sedimentar conhecimentos relevantes para impulsionar os trabalhos. Nessa perspectiva, cabe destaque para os encontros regulares entre professores e estudantes da Universidade Estadual do Ceará, UECE, e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, bem como para as reuniões mensais do Grupo de Estudos Tensões Mundiais, GETEM, no qual eram discutidas as obras de Anderson, Deleuze e Guattari, além de textos de comentadores.

Os pontos-chave identificados no começo do projeto permitiram estabelecer uma conexão entre os textos produzidos no período de sua vigência, gerando os resultados apresentados neste trabalho. Deste modo, podemos oferecer a sistematização do que foi elaborado, inclusive de uma cartografia social pensada coletivamente por pesquisadores de diversas áreas disciplinares

A cartografia social implica em entender as sociedades mediante os processos de formação do imaginário coletivo, desde a interpretação da realidade tangível, até a concepção de conceitos subjetivos. Sua proposta é analisar as relações humanas por meio de parcelas

difusas da sociabilidade e da elaboração do conhecimento. Tal qual a estratégia narrativa assumida por Anderson para entender o processo de construção das nações, a cartografia social propõe a fuga aos modelos universalistas do saber, das dimensões dadas *a priori*, ou do essencialismo paradigmático (GOMES; SAMPAIO, 2021, p.6).

2. CATEGORIAS EM ABERTO: NAÇÃO/TERRITÓRIO

A metodologia de trabalho escolhida pela equipe de pesquisa se alinha com o pensamento de Anderson, Deleuze e Guattari ao buscar uma ruptura com o absolutismo teórico que define nação e território como categorias fechadas em si mesmo. Esses conceitos são, na verdade, abertos e sofrem influência de diversas singularidades, estando inseridos em realidades múltiplas. Conforme Montebello e Martins (2010), essas são categorias em constante movimento, que atravessam fronteiras físicas, culturais, disciplinares. Assim, é possível dizer que expressam uma certa mudança no paradigma de como estudar as comunidades nacionais.

Investigações, nos mais diversos formatos, desenvolvidas pelos pesquisadores do Observatório das Nacionalidades abordaram a temática do território, mas principalmente a ideia de nação e de nacionalidade. Miroslav Hroch (2000, p.86) define nação como "(...) um grande grupo social, integrado não por uma, mas por uma combinação de vários tipos de relações objetivas (econômicas, políticas, linguísticas, culturais, religiosas, geográficas e históricas) e por seu reflexo subjetivo na consciência coletiva". Dentre estas relações são destacadas a lembrança de um passado em comum e o compartilhamento de um "destino"; a existência de laços linguísticos ou culturais que possibilitem ampla comunicação entre os atores sociais da comunidade nacional; e o sentimento de igualdade entre os indivíduos, favorecendo a organização de uma sociedade civil. É nesse contexto de relações partilhadas que emerge a nação. Portanto, sendo originada a partir de uma subjetivação coletiva de experiências e uma identidade comum, a nação podendo ser percebida como uma grande comunidade imaginada.

Mediante ampla reflexão sobre as pequenas nações distantes dos centros de poder mundial, coube a Benedict Anderson (2008, p.32) definir a nação nos seguintes termos: "(...) uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, e ao mesmo tempo, soberana". Ela é imaginada porque seus membros jamais conhecerão uns aos outros, mas todos compartilham das mesmas ideias. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo pelo qual são imaginadas.

As ambiguidades e contradições particulares dessa forma de organização resultam de um sistema de produção e intercâmbio de bens materiais e imateriais que unifica determinado território mediante o controle das relações de poder naquele espaço. A nação se forma não só mediante delimitações formais de territórios, mas também de uma relação localizada dos habitantes com sua terra natal. A localidade, a região criam laços afetivos e bases históricas, políticas e sociais que fomentam o imaginário coletivo de participação à uma comunidade maior, a nação. No trabalho "Nação e região: o Nordeste brasileiro no imaginário nacional" (MARTINS; GOMES, 2021), os autores discutem certos elementos da regionalidade nordestina, amparados no pensamento de Antonio Gramsci e Benedict Anderson. Com isso, alguns elementos que ajudam a entender os vínculos entre nação e região puderam ser sistematizados:

- Os propósitos prevalecentes na conformação da moderna comunidade nacional;
- As estruturas que balizam o desenvolvimento desigual entre regiões de uma mesma nação;
- Os conflitos associados a demandas subalternizadas e seus impactos na pretendida unidade nacional;

- Os argumentos dos intelectuais para manter, modificar ou ressignificar a relação entre as regiões e estas com a nação;
- Os movimentos ou as tendências externas que influenciam o nacional e o regional.

Martins e Gomes (2021) observam que “(...) jornais e romances tiveram papel decisivo na construção do imaginário nacional, mediante a comunicação de fatos, ideias e narrativas, que fortaleciam o sentimento de pertencimento dos sujeitos de uma região à sua comunidade política imaginada como nação soberana (...)”. Tantos os processos de consolidação dessa nacionalidade, como os de resistência ocorreram, em boa parte, no campo literário. A poesia, a prosa, a música são manifestações culturais que moldaram o caráter nacional e regional.

Uma contribuição importante ao entendimento da questão nacional vem de Gramsci, que olhava para a transformação da realidade tanto por um prisma internacional quanto pelo nacional. Apesar da sua postura internacionalista, o autor prezava pela compreensão dos movimentos nacionalistas na expansão do socialismo.

De fato, nacionalismo e internacionalismo se combinam e expressam de formas variadas, revelando a complementaridade entre ambos os fenômenos. Por um lado, não tem cabimento falar de internacionalismo sem a existência de nações ou da chamada ordem internacional sem a existência de Estados nacionais. Por outro, as nações dependem do reconhecimento da comunidade internacional e se estruturam em vista de integrar um sistema global competitivo e crescentemente interligado.

É inegável a contribuição da carreira militante de Gramsci nas suas pesquisas sobre o Estado. A unificação italiana se sustentou através de um discurso nacionalista estatal para em seguida se tornar um instrumento de opressão de classes, o Estado fascista. Em contraponto ao Estado fascista, o autor propõe a formação de uma vontade coletiva nacional-popular. É a vontade coletiva nacional-popular, “reconhecida e fundamentada parcialmente na ação”, que atua sobre um povo “pulverizado e disperso” e funda os modernos Estados-nação. Daí a importância de sua pergunta: “Quando é possível dizer que existem as condições para que possa surgir e desenvolver-se uma vontade coletiva nacional-popular?” (GRAMSCI, 1968 p.7).

No contexto brasileiro, o nacionalismo adquiriu certas características próprias, embora se assemelhasse aos moldes dos nacionalismos europeus. A literatura nacional usou do seu poderio para celebrar os heróis nacionais, especialmente o indígena, numa empreitada muito mais fetichista de sua imagem do que realmente uma ressignificação da sua importância para a formação do país. O nacionalismo brasileiro, assim “(...) como os outros nacionalismos, parece exigir uma continuidade histórica e, mais que isso, um passado comum, que frequentemente se aproxima do mito característica que aqui, como em outros países, é a atmosfera que cerca os heróis nacionais” (LEITE, 2002, p.45).

3. A IMAGINAÇÃO COMO MATÉRIA-PRIMA DA REALIDADE

Uma nova maneira de enxergar a investigação colocava a realidade e a imaginação no mesmo plano de análise, evitando a separação platônica das duas categorias, na qual real e imaginado não se tocavam. Como afirmam Montebello e Martins (2010, p. 1):

(...) não se trataria de hierarquizar-las, de decidir, conforme o caso, qual colocar antes ou acima. Trata-se de redimensionar isso que se chama convencionalmente de realidade e de imaginação (opostos desde a filosofia platônica), compondo um mesmo plano analítico: realidade-imaginação.

Por meio da imaginação, matéria-prima da vida em sociedade e da própria compreensão da história, os povos constroem suas identidades, organizam seu passado, vivem o presente e sonham com o futuro. Assim, o imaginado se despe de sua acepção de irreal, falso, adquirindo outro significado no campo discursivo das ciências humanas. Realidade e imaginação não são dimensões dadas *a priori*, categorias fechadas, a respeito das quais se poderia, no máximo, encontrar conexões.

Tanto Bronislaw Baczko quanto Benedict Anderson enxergam na imaginação a possibilidade de construção da realidade. O imaginário coletivo, compartilhado, recontado através de gerações cria símbolos, signos e mitos que dão corpo a toda uma imagem de nação. É por meio do confronto entre o *eu* e o *outro* que o sujeito passa a se enxergar como pertencente a uma coletividade.

Baczko (1991) inscreve sua problematização do imaginário numa revisão dos grandes clássicos da sociologia. Já Anderson (2008) se debruça sobre o sudeste asiático. Caminhos muito diferentes, mas que terminam por colocar ambos numa trilha de compreensão do seu meio através da eficácia simbólica do que é construído pelo imaginário coletivo. É um percurso que tem implicações antropológicas, sociológicas, políticas e metodológicas.

A pesquisa empreendida pelo Observatório das Nacionalidades articula as noções de comunidade imaginada de Anderson (1983/1991) e imaginário social de Baczko (1984/1985), na medida em que importam as trocas e os fluxos, na tentativa de desenhar nações que se movimentam entre as fronteiras histórico-políticas dos Estados e, embora não neguem essas fronteiras (e as leis que as determinam), não se esgotam nelas. Anderson e Baczko inovam ao abordar os imaginários como fontes instituintes de coletividades forjadas por laços afetivos e alimentadas por uma imaginação coletiva, que dá legitimidade emocional tanto às origens quanto às visões de futuro destas comunidades. Imaginada como limitada e soberana, a nação é forjada por encontros e desencontros entre nós e os de fora, por intensa camaradagem a despeito das renitentes diferenças entre seus integrantes, por expectativas de liberdade e direitos iguais, além de memórias e esquecimentos compartilhados.

É preciso pensar as categorias desses autores considerando que a imaginação é sempre móvel, nômade. Os dois pensadores apontam que a força editorial controladora dos fluxos linguísticos tem um papel determinante na dinâmica de como esse movimento ocorre. A comunicação de massa é a responsável por “alfabetizar” a população; é ela que determina como se interpretam certos signos e símbolos e, portanto, molda, até certa medida, a imaginação coletiva.

4. PERMEABILIDADE DE FRONTEIRAS DISCIPLINARES

Tanto Benedict Anderson quanto Gilles Deleuze buscavam dissolver fronteiras disciplinares no sentido de se colocarem contra qualquer hierarquização formal dos saberes, que impede contatos entre campos distintos. Ambos trabalharam em diversas áreas do conhecimento sem se instalar em nenhuma delas. Como nômades, estavam aptos e atentos a realizar conexões e enxergar novas possibilidades nas suas pesquisas.

Eles operam com categorias teóricas abrangentes. Suas formulações apresentam métodos de análise que convidam ao constante alerta para as possíveis variações e transformações dos objetos estudados. Lidar com a cartografia social e/ou com comunidades imaginadas é compreender, analisar e esquadriñar as vicissitudes dos movimentos (políticos, sociais, culturais, filosóficos etc.) com a apresentação de elementos circunstanciais no curso da história (GOMES; SAMPAIO, 2021, p.1).

A cartografia social se propõe entender as estruturas sociais dos povos e sociedades mediante os processos de formação do saber coletivo, desde a interpretação da realidade tangível até o desenvolvimento de conceitos metafísicos. Tal qual a estratégia narrativa

assumida por Anderson para entender o processo de construção das nações, a cartografia social propõe a fuga aos modelos universalistas do conhecimento, às dimensões dadas a priori ou ao essencialismo paradigmático (GOMES; SAMPAIO, 2021, p.6).

No trabalho de Gomes, Lins e Martins (2021, p.1) vemos essa permeabilidade de fronteiras se realizando quando os autores comparam suas pesquisas e encontram pontos de contato, apesar de estarem lidando com assuntos muito distintos.

Caroline tem como objetivo analisar o jornal *O Rebate* a partir do conceito de Nacionalismo de Benedict Anderson. (...) Lucas Lins busca analisar o processo sócio-histórico e cultural de construção da identidade e do caráter nacional brasileiro, tendo como base as experiências das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs do Brasil e através da música do cantor e compositor Zé Vicente.

Na investigação acerca do Jornal **O Rebate**, a pesquisadora realizou levantamento bibliográfico para identificação de estudos relevantes que dialogam com o conceito de nacionalismo de Anderson juntamente com a catalogação do próprio periódico digitalizado, que pode ser encontrado pela Internet no site da Hemeroteca Nacional. Para a compreensão da ideia de nação divulgada em Juazeiro do Norte no início do século XX, Caroline Gomes procedeu a uma classificação dos anos das edições do Jornal de modo a conhecer os artigos do Padre Joaquim Alencar Peixoto.

O Rebate tem um papel importante por ser o primeiro jornal impresso do Cariri, que pretendeu unificar a população, tornando-se o principal meio de propagação das ideias emancipatórias. Padre Joaquim valeu-se da escrita como arma, registrando seus sentimentos por Juazeiro como uma pátria, um lugar amado e idolatrado por seus habitantes. Pode-se perceber, assim, que o regionalismo nordestino teve incentivo decisivo do capitalismo editorial e que a ideia de nação serviu de elemento indutor da relevância e independência daquela localidade contra a cidade vizinha do Crato.

Em relação ao trabalho de Lucas Lins, adotou-se como percurso metodológico a análise de conteúdo do Canto dos Mártires da Terra, composição de 1986, que “nasce da terra”, como sua própria letra nos diz. O pesquisador também realizou uma entrevista estruturada com o autor, Zé Vicente, poeta, cantor e compositor, nascido em 1954 no centro-sul cearense, na cidade de Orós. Realizou, ainda, uma análise dos aspectos sociais na música de forma a atingir graus de compreensão mais profundos e de outra forma inatingível.

Tendo em vista que cada grupo de sujeitos narra a história da nação sob a própria perspectiva, as CEBs têm assumido a missão de contar esta narrativa na versão dos posseiros, agricultores, trabalhadores rurais, explorados e oprimidos pela força violenta da desigualdade. A narrativa da terra manchada pelo sangue dos violentados vem acompanhada da utopia de uma terra sem males, onde lutadores alcançarão a vitória com o fim da opressão. Esta é a história cantada pelas comunidades de base e que tem servido como alicerce para a formação e organização política das classes populares.

5. LITERATURA COMO LEITURA DA REALIDADE

A obra de Anderson representa um esforço de apreender o mundo e produzir saberes, em boa parte, assentado na teoria literária. O texto literário contribui de modo inequívoco para a construção da comunidade imaginada. A literatura se configura, aqui, como uma outra forma de decifrar o real, de analisar os impactos da dominação ocidental na formação das nações. Inclusive, ampliando um pouco a problematização, seria o caso de retomar a potência analítica de Roland Barthes (1980), quando ele encontra, na literatura, o próprio fulgor do real....

O estudo de caso sobre Cabo Verde é muito rico e ilustra bem essa leitura da realidade através da literatura. No processo de colonização, a escassez de homens brancos "filhos da metrópole" e a ampla miscigenação fruto da ocupação e dominação portuguesa provocam a adequação aos padrões ocidentais, tendo como consequência a concessão de *status* no meio social. Como diz José Carlos dos Anjos,

Resumindo, até fins do século XIX, a sociedade colonizada cabo-verdiana se estruturava sob a dominação racial de uma minoria branca sobre a maioria negra da população; em fins do século XX Cabo Verde é uma sociedade estruturada sob a dominação de elites que, pela manipulação dos códigos político-culturais ocidentais, fazem a mediação entre o sistema internacional e a população local. Desaparecem internamente as contraposições assentadas em critérios raciais e/ou étnicos, ao mesmo tempo em que se reforçam as distâncias culturais, não mais diferenciando grupos étnicos, mas criando elites destacadas pelo desempenho e manipulação dos códigos dominantes ocidentais (ANJOS, 2003, p. 582).

Em sua primeira fase, a literatura de Cabo Verde reflete o deslocamento cultural do mestiço e o "sucesso" do "processo civilizador" lusitano. Os valores privados, próprios dos processos de subjetivação burgueses europeus, expressam a consolidação de uma classe assimilada que projeta uma falsa ideia de mobilidade social.

A criouliidade é um mecanismo de subjetivação e singularização do pensamento e da identidade desse povo. É uma expressão da imaginação do cabo-verdiano, que remete à própria condição insular da população, ilhada entre mundos e formada como um entreposto de culturas, sentimentos e realidades. A solidão e a saudade são escritas e faladas sob o acompanhamento musical do som das ondas.

A identidade crioula de Cabo Verde consiste em uma manifestação política e cultural que visa a apropriação de dispositivos de poder e a legitimação de demandas. Estas demandas, por sua vez, são a busca pela libertação e autonomia, a singularização do pensamento e o firmamento de uma identidade.

Gomes e Freitas (2021) afirmam que a veiculação da literatura impressa oferece bases sólidas para a construção da nação. Anderson (2008) esclarece que o capitalismo editorial permitiu que as pessoas, em números sempre maiores, pensassem sobre si mesmas e se relacionassem com as demais de maneiras radicalmente novas. Os livros, portanto, eram o principal instrumento para viabilizar a manifestação do pensamento político-social, em diferentes períodos históricos. Os romances, com suas prosas poéticas, atraíam os mais diversos leitores, sendo, assim, um meio de divulgação de ideais.

Na contemporaneidade, a invenção da nação perpassa pelo poema e pela poesia, pelo gênero do romance e daqueles que são publicados, compartilhados, retuitados nas redes e mídias sociais. A poesia, por ser uma forma de expressão muito particular, nem sempre é percebida como uma expressão que, partindo do individual, se expande para uma coletividade. Com o advento das redes sociais, essa exteriorização de sentimentos através de escritos poéticos alcançou um novo patamar de atuação, sendo agora uma representação política dos povos oprimidos, silenciados. No atual cenário global, a manifestação dos excluídos encontra meios e ferramentas em alguns espaços da internet e das rádios comunitárias que concedem voz aos grupos periféricos que, sem a anuência da mídia institucional, buscam refúgio nas mídias alternativas.

Muitos escritores utilizam as plataformas digitais para divulgar seus trabalhos, visto que os grandes veículos de mídia não reproduzem mensagens fora de seus escopos. Poeta, ensaísta,

educadora popular e idealizadora do Clube de Leitoras e da Pretarau (coletiva de artistas negras), Ma Njanu produz de forma independente, a exemplo do zine “Na boca do dragão da América Latina”. Em 2021, através de financiamento coletivo, lança o livro de poesias *Olho de tigre com fome: considerações sobre a leitura perversa*.

6. SIMULTANEIDADE E TRANSVERSALIDADE DAS LUTAS SOCIAIS

As lutas sociais são locais, múltiplas e permanentes. Não existe uma luta universal, totalizante, mas sim lutas transcontinentais que mesmo não possuindo conexões aparentes em um primeiro momento, alimentam as diferentes ideias de nação em diversos locais do globo. O livro *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial*, de Benedict Anderson (2014), comporta muitas lições neste sentido, sendo uma referência precisa para entender a simultaneidade e transversalidade das lutas sociais.

Também é o caso do estudo de Patrícia Villen (2013), que discute o colonialismo em África a partir do sul global e da perspectiva de Amílcar Cabral. A autora se dedica a compreender as reações do governo autocrático português durante o segundo Pós-Guerra, que ao buscar manter seu domínio em solo africano, desenvolve estratégias essencialmente racistas, em um período marcado pelos crimes do nazismo alemão. Sua “crítica ao colonialismo entre a harmonia e a contradição” consiste na apreensão tanto do discurso oficial salazarista por intermédio de Adriano Moreira que defende os “benefícios” da colonização em território africano e seu diálogo com Gilberto Freyre, quanto do discurso de Amílcar Cabral que revela os efeitos do colonialismo e propõe a reeducação do povo africano e a edificação de uma sociedade livre da dominação estrangeira.

Como revela o estudo de Villen, o processo de independência não resulta da pretensa descolonização promovida por Portugal, mas de insurgências nacionalistas e emancipatórias fruto de articulação de elites nativas e as massas populares, em decorrência da inter-relação de movimentos socioculturais identitários e políticos. Villen observa a influência dos movimentos panafricanista e de negritude nos domínios portugueses e analisa a transformação do panorama político desses territórios.

O lusotropicalismo propagado nas colônias ultramarinas portuguesas para legitimar o governo Salazar tem sua origem no Brasil nos anos de 1930, em meio à ressignificação da mestiçagem para uma sociedade que se modernizava. Freyre foi seu principal intérprete, e sua narrativa da presença do indígena e do negro na formação da sociedade brasileira tem sido criticada por romancear as relações concretas e simbólicas de dominação.

Nas sociedades pós-independência, os mitos perdurariam. Visando romper com a condição neocolonial. Amílcar Cabral reflete sobre uma identidade africana, uma educação libertadora e a formação de sociedades emancipadas. Para Cabral, a cultura possibilitaria a transformação da sociedade colonizada, pois resistiria às formas materiais e ideológicas de coerção e modificaria as estruturas sociais legitimadoras.

Martins e Gomes (2021) examinam movimentos de resistência e de reivindicação de uma ideia de nação diferente da imposta pela forma-Estado. Em diversos episódios de lutas sociais ocorridas no território nordestino, as relações entre nação e região se tornam evidentes. Os povos da Mata Atlântica resistiram ferozmente à colonização. As matas que foram cenários de lutas e refúgios para escravizados hoje sofrem com a destruição da sua riqueza natural. Pode-se ver o resultado nas grandes cidades localizadas nas áreas costeiras do Brasil. Durante o período imperial, a Confederação do Equador evidencia o desejo de emancipação de parte da população nordestina. O movimento que se inicia em Pernambuco se espalha pelo Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Como Martins e Gomes (2021, p.52) afirmam:

Este movimento político, de caráter emancipacionista e republicano, foi largamente inspirado pelos ideais liberais e iluministas da revolução pernambucana de 1817. Apesar de sua curta duração, apenas setenta dias, a última revolta separatista do período colonial reforçou a necessidade da coroa portuguesa no Brasil criar tropas militares para manter a unidade nacional, dissipar as ideias republicanas e punir os rebeldes.

A Guerra de Canudos passou à história oficial como um movimento messiânico e monarquista no sertão da Bahia. Mas é igualmente lembrada como exemplo de resistência camponesa de idosos, jovens e crianças que se organizaram para sobreviver em meio ao latifúndio e ao trabalho servil, enfrentando até a morte o Exército brasileiro. Nos jornais da capital, o arraial de Canudos era apresentado como um foco de monarquistas que desejavam derrubar a recém-instalada república; também era visto como ameaça pela Igreja, que combatia as formas de catolicismo popular, e pelos latifundiários, que temiam um sistema de trabalho em que rebanhos e lavouras pertenciam a todos. Matéria-prima do livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, a Guerra de Canudos foi um marco na consolidação do imaginário nacional por solidificar o novo governo em formação e mostrar o poder bélico de uma nação que estava disposta até mesmo a exterminar parte da própria população para manter as relações de poder existentes.

Outra luta importante no Nordeste foi a das Ligas Camponesas que se originaram da insatisfação dos trabalhadores rurais com a violência de fazendeiros, a sistemática expulsão do local onde viviam e plantavam havia gerações, a superexploração da força de trabalho e as precárias condições de subsistência. Em 1945, os trabalhadores do campo se organizaram em uma associação civil com a pretensão de lutar por reivindicações trabalhistas e fundiárias. Até o golpe de 1964, foram dez anos de mobilização, ocupação de engenhos e outras ações de impacto político, com destaque para a reforma agrária. Aguerridas lideranças tornaram-se mártires no imaginário popular e alimentam, ainda hoje, a mística do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST; um deles, João Pedro Teixeira, da Liga de Sapé, na Paraíba, teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria (lei nº 13.598/2018).

Em um contexto mais atual, despontam movimentos de resistência urbana. As trocas culturais mais intensas têm favorecido manifestações que fazem parte da imaginação popular – como o maculelê, o lundum, o maracatu, o frevo, a embolada, o repente, entre outros. A expressão artística Ritmo e Poesia, por meio da rima, é uma ferramenta sofisticada para utilizar a palavra para desferir a rasteira contra as formas de repressão do sistema: a perseguição policial, o encarceramento em massa, a homofobia, o racismo e a desigualdade social. O RAP, advindo do movimento HIP HOP, significa esta arte que proporciona aos sujeitos oprimidos e marginalizados, a emancipação cultural e política, reafirmando a identidade coletiva, numa estética nova e híbrida, de subversão.

7. ESTRANHAMENTO DA PRÓPRIA CULTURA

Deleuze, Guattari e Anderson nos convidam a abandonar certos conceitos supostos como naturais e estranhar tudo aquilo à nossa volta. Eles buscam formular novas questões, reimaginar a linguagem das nações para que assim perspectivas alternativas surjam de algo que já se considerava compreendido. Como trabalhar a diversidade de povos, histórias, realidades sociais? A multiplicidade de narrativas, costumes e etnias ou de “singularidades” que grupos, movimentos e comunidades identitárias pautam? A nacionalidade nega a existência de outras formas de singularidades, de pensamentos, comportamentos e vivências? Como esse processo

de autoconsciência afeta a construção de singularidades individuais e coletivas? Singularidade, para Guattari, diz respeito a:

(...) quando vivemos nossa própria existência, nós a vivemos com as palavras de uma língua que pertence a cem milhões de pessoas; nós a vivemos com um sistema de trocas econômicas que pertence a todo um campo social; nós a vivemos com representações de modos de produção totalmente serializados. No entanto, nós vamos viver e morrer numa relação totalmente singular com esse cruzamento. (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p.69)

A comunidade imaginada, tal como entendemos a percepção de Anderson, representa a consciência simultânea de pertencimento de lugares e pessoas comuns, não importando as proporções do espaço nem a delimitação do tempo compilado num referencial identitário. Essa consciência está presente no cotidiano dos habitantes do bairro. Um dos trabalhos realizados no projeto aqui apresentado discute como o contexto da identidade brasileira afeta o movimento das singularidades subjetivas e objetivas da juventude, em diálogo com a cidade. No tempo presente de isolamento social, causado pela pandemia de covid-19 no mundo, esta condição de distanciamento e combate ao vírus fez aflorar desigualdades estruturais, sociais, econômicas, culturais e políticas.

Para as elites das colônias espanholas e portuguesas com seu projeto institucionalizado de uma identidade nacional, as aspirações de *status* social e de poder estavam vinculados à Europa. No caso brasileiro, "as elites do Império, como as que vieram depois, na República, tinham sempre, quaisquer que tenham sido as variações do seu ânimo cosmopolita ou nacionalista, um olhar voltado para a Europa" (WEFFORT, 2011, p.192). Na formação do pensamento político brasileiro, Weffort percorre os processos históricos que levaram, na segunda metade do império, a duas visões de Brasil, a duas diferentes perspectivas nacionalistas: uma representada por Joaquim Nabuco e outra por José de Alencar. Nabuco percebia a escravidão como fenômeno social total que permeia a nacionalidade brasileira, sendo a abolição a principal matriz do projeto de construção de identidade nacional. Já Alencar romantiza o "folclore" indígena numa estética literária europeizada.

As hipóteses de Anderson se articulam na medida que se reconhece a existência de uma elite crioula, que atende a um projeto institucional de identidade nacional, o que o autor denomina nacionalismo oficial, por meio de uma seleção de saberes e memórias. E se articulam também na luta por uma emancipação negra, mediante a valorização dos aspectos culturais afro-brasileiros, em periódicos, artigos e revistas.

A nação é imaginada no sentido de que a população que a compõe jamais terá conhecimento de todos os que vivem na comunidade, que possui fronteiras finitas e definidas. Neste processo se incorporam valores e laços de solidariedade que fortalecem a sensação de pertencimento dos sujeitos à uma nacionalidade. Tal incorporação é alimentada pela assimilação da ideia de que todos nós vivemos em uma comunidade fraterna e horizontal, na qual nos reconhecemos como irmãos, compatriotas que partilham do mesmo sentimento e da mesma disposição (se necessária for) de prover a vida para defesa da comunidade, para preservar sua cultura, suas narrativas e seus mitos, construindo uma identidade nacional.

O estudo do autor tunisiano Albert Memmi (2007) compôs o debate sobre a questão colonial e trouxe uma perspectiva diferente para o que pensamos ser o estranhamento da própria cultura. Memmi soube apreender e delimitar com sutileza os aspectos psicossociais do colonizador e do colonizado, examinando a relação de poder e dominação. O colonizador se legitima ao decretar a subumanidade do outro e garantir seus privilégios pela negação de direitos do colonizado. Por sua vez, o colonizado legitima com sua existência mutilada a

estrutura colonial, assimilando o discurso dominante de negação de suas capacidades. Esta dialética compõe o mito do colonizado, que alegoricamente é definido pelo imaginário do trabalho forçado. É necessária a colaboração do colonizado, pois a opressão deve ser tolerada pelos próprios oprimidos (MEMMI, 2007). Os retratos com fenótipos específicos e elementos cenográficos particulares revelam objetivamente a condição do oprimido e as mazelas da colonização, se constituindo em uma denúncia do empreendimento colonial e seus personagens em simultânea ação no campo político e ideológico.

Um dos dilemas do escritor colonizado é exercer uma relação afetiva com as palavras e expressar seus sentimentos e sensações em sua língua nativa, que é desvalorizada. Assim, deve desvincular-se de sua matriz linguística e apropriar-se da fala colonizadora. A elite letrada se alfabetiza e se expressa na língua oficial, a do estrangeiro. As opções do escritor são o esgotamento natural da literatura colonizada pelo desuso, ou o suicídio desta literatura, pela total entrega à da metrópole. Resta ao colonizado a revolta, a negação da negação imposta de não ser nada, nem possuir nada.

CONCLUSÃO

Os anos de investigação do projeto Literatura, Nacionalismos e Colonialismo renderam diversos trabalhos e proporcionaram aos pesquisadores do Observatório das Nacionalidades a oportunidade de aprendizados que modificaram a forma de fazer pesquisa. A tarefa do presente ensaio foi mostrar como as diversas produções constituem uma constelação de trajetórias, pensamentos e reflexões.

Trabalhos apresentados em semanas universitárias, artigos, capítulos de livro, todo esse material produzido ao longo da investigação, de certa forma, conversava entre si, formando um grande rizoma teórico-prático. A pesquisa Literatura, Nacionalismo e Colonialismo nos trouxe diversas respostas, porém, mais importante, abriu caminhos para novas formas de se pensar a nacionalidade, a nação e o nacionalismo. Uma iniciativa originada no Sul global, de um centro acadêmico do Nordeste brasileiro que visa compreender a realidade em que estamos inseridos e apresentar ao mundo uma outra perspectiva frente à construção da nacionalidade

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Sob três bandeiras**: anarquismo e imaginação anticolonial. Trad. Sebastião Nascimento. Campinas: Editora da Unicamp; Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2014.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Elites intelectuais e a formação da identidade nacional em Cabo Verde. **Estud. afro-asiát.** Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 579-596, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de julho de 2020.

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales**: memorias y esperanzas colectivas. Trad. Pablo Betesh. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1991.

BARTHES, Roland. **Aula**: aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1980.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, pp. 20-36, 1995.

FILHO, Kleber Prado; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências sociais. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, nº 38. p.45-49, jan./jun., 2013.

GOMES, Amanda Myrella da Silva; FREITAS, Dayane Queiroz. Poesias nas redes sociais enquanto práticas de resistência. *In*: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria Luísa (Orgs.). **Direitos humanos no Brasil 2021**: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Outras Expressões, 2021. 253 pp.

GOMES, Caroline do Socorro da Silva; LINS, Lucas Tadeu Rodrigues; MARTINS, M. D. Um estudo comparativo sobre a formação do nacionalismo no Brasil. 2021.

GOMES, Luiz; SAMPAIO, Wesley. **Cartografias da imaginação: um estudo das afinidades teórico-metodológicas de Benedict Anderson e Gilles Deleuze**. Observatório das nacionalidades, Fortaleza CE, 2021

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HROCH, M. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa. *In*: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.85 -105.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia/ Dante Moreira Leite**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MARTINS, M. D.; GOMES, Daniel. Nação e região: o Nordeste brasileiro no imaginário nacional. *In*: ARANCIAGA, Ignacio; VERNIK, Esteban. **El numen de la Patagonia**: Nación, tiempo y territorio. Argentina, Rio Gallegos: Ed. UNPA, 2021. p.41-58.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MONTEBELLO, Natália; MARTINS, M. D. **Convergências epistemológicas e metodológicas entre Anderson e Deleuze**. Fortaleza: Observatório das Nacionalidades, 2010.

VILLEN, Patrícia. **A crítica de Amílcar Cabral ao colonialismo**: Entre a harmonia e a contradição. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro**: ideias e personagens/Francisco C. Weffort - São Paulo: Ática, 2011.